

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 295

Período: 31/05/2008 a 06/06/2008

GEDES - Brasil

- 1- Ministro da Defesa declara intenção de instalar “pelotões de fronteira” em reserva indígena Raposa Serra do Sol
- 2- Sargento que declarou publicamente ser homossexual é preso por deserção
- 3- Ministro da Defesa pede colaboração da Petrobras no programa de reaparelhamento da Marinha
- 4- Cientistas apresentam proposta de criação de pólo científico na Amazônia
- 5- Embraer venderá aviões à Aeronáutica e aos EUA
- 6- Controladores de voo respondem a processos judiciais
- 7- Opinião: Soberania *versus* questão amazônica
- 8- Desaparecimento de guerrilheiro começa a ser desvendado

1- Ministro da Defesa declara intenção de instalar “pelotões de fronteira” em reserva indígena Raposa/Serra do Sol

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou na Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, apenas aguarda a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade ou não da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado em Roraima, para instalar “pelotões de fronteira” do Exército nas áreas de fronteira, independente da presença ou não de indígenas. Atualmente, o efetivo de homens do Exército na Amazônia é de 21 mil, número que Lula pretende aumentar para tornar “o sistema de defesa mais eficiente que o atual”, segundo Jobim. O ministro ainda declarou que o monitoramento aéreo já é realizado com sucesso e que o objetivo agora é fixar os “pelotões para atuar na parte de baixo das árvores, porque lá não é possível fazer o controle”. Em relação à possível perda de soberania a partir da demarcação contínua da reserva – que atinge uma área de 1,7 milhão de hectares na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela – Jobim enfatizou que de acordo com a Constituição nacional, as terras indígenas pertencem à União, sendo apenas cedidas aos índios. Para o ministro, as “reservas não são zona de exclusão, mas áreas de integração de comunidades indígenas com a sociedade brasileira”, devendo haver uma conciliação entre os ambientalistas radicais, que defendem a transformação da Amazônia em um “parque para a comunidade internacional”, e os desenvolvimentistas, que primam pelo crescimento econômico da região. A solução apontada seria a elaboração projetos dentro do Plano Amazônia Sustentável (PAS). (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/06/08).

2- Sargento que declarou publicamente ser homossexual é preso por deserção

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o sargento Laci Marinho de Araújo foi detido no dia 04/06/08 após sair do estúdio de um programa de televisão, onde declarou que estava sendo alvo de perseguição no Exército desde que assumiu manter uma união estável

com o também sargento do Exército Fernando de Alcântara de Figueiredo. Segundo o jornal, a revista *Época* informou que a Justiça Militar havia expedido mandado de prisão desde o dia 21/05/08, acusando Araújo de deserção, ou seja, ausência do militar por mais de oito dias, sem licença, da unidade em que serve ou do lugar em que deveria permanecer. O Exército afirma que a prisão de Araújo não se relaciona ao fato de o sargento ter se declarado homossexual, mas pelo crime de deserção. Já o sargento acredita que sua prisão foi uma represália direta às declarações feitas à emissora de televisão. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou à imprensa que “antes de se falar em discriminação aos gays, é preciso saber se eles violaram as regras do Exército”. Por outro lado, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado trabalha para que o Exército e o Ministério da Defesa solucionem o impasse e garantam a integridade física e psicológica do acusado. Araújo estava internado no Hospital-Geral do Exército em São Paulo, mas foi transferido para uma unidade médica em Brasília, no dia 05/06/08 para passar por tratamento psiquiátrico. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o sargento Alcântara acusou os militares que receberam Araújo na Base Aérea de Brasília, de terem agredido e ofendido seu companheiro. O advogado Francisco Lúcio França, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, acionou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para acompanhar o caso. O Centro de Comunicação do Exército informou que o sargento Araújo foi transferido de São Paulo para Brasília para que houvesse continuidade dos “procedimentos judiciais normais, fruto de seu indiciamento em crime de deserção”. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o senador Eduardo Suplicy visitou o sargento no hospital em Brasília e sugeriu que, caso queira deixar a carreira militar, Araújo deve escrever uma carta ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, e ao Comando do Exército, demonstrando a intenção. Segundo o mesmo jornal, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no dia 05/06/08, onde também estava presente o companheiro de Araújo. Apesar de o presidente ter discursado em favor dos direitos das minorias e contra o preconceito e a discriminação, não fez referência a este caso específico. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/06/08; Jornal do Brasil – País – 05/06/08; Jornal do Brasil – País – 06/06/08; O Estado de S. Paulo – Nacional 05/06/08; O Estado de S. Paulo – Vida & – 06/06/08).

3- Ministro da Defesa pede colaboração da Petrobras no programa de reaparelhamento da Marinha

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, requisitou que a Petrobras ajude na defesa do território marítimo brasileiro, pedindo a colaboração da estatal principalmente no patrulhamento distante da costa. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, Jobim declarou que a Petrobras poderia financiar parte do programa de reaparelhamento da Marinha, repassando verbas provenientes dos *royalties* do petróleo. Segundo o ministro, a melhoria da proteção das plataformas da Petrobras é um assunto que interessa à empresa, “que tem que participar dos custos de implantação”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/06/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/06/08).

4- Cientistas apresentam proposta de criação de um pólo científico na Amazônia.

Segundo o jornal Folha de São Paulo foi divulgada na internet uma nova proposta para se preservar a floresta Amazônica. A proposta consiste em implantar na região um pólo científico e tecnológico por meio da instalação, em dez anos, de três institutos de pesquisa de ponta e duas universidades, no seio da Amazônia, os quais gerariam riqueza para a região, criando novas formas de agregar valor a produtos derivados da enorme biodiversidade local e inserindo esses produtos no mercado mundial. Como exemplo bem sucedido de uma experiência similar encontra-se a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (situada no estado de São Paulo) pelo marechal Casimiro Montenegro Filho. A criação do ITA tinha como objetivo alavancar a indústria aeroespacial nacional, ponto considerado estratégico para o governo brasileiro. Em menos de duas décadas depois da fundação do ITA, foi criada, com mão de obra egressa do ITA, a Embraer, que produziu o primeiro avião brasileiro da história. Atualmente São José dos Campos, que no período acima possuía 20 mil habitantes, conta com a quarta maior indústria aeronáutica do planeta. Segundo estudiosos, o custo para a instalação de pólos científicos na Amazônia é de R\$ 3 bilhões e o prazo gira em torno de dez anos. Para os pesquisadores, porém, R\$ 30 bilhões é o preço gerar uma política de produção com proteção à área, substituindo as atuais que não consideram a devastação da floresta, nem a violência fundiária. A proposta foi bem recebida pelo Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, que é o responsável por desenvolver a Amazônia. (Folha de S.Paulo – Ciência – 01/06/08).

5- Embraer venderá aviões à Aeronáutica e aos EUA

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) assinou contrato para venda de dois aviões modelo EMB-190 ao governo brasileiro, para transporte de autoridades e passageiros. Os novos aviões possuem uma configuração que é adaptada para a Presidência, com alcance de operação em toda a América do Sul; eles substituirão os Boeings 737/200, ou “sucatinhas”, que vêm sendo utilizados pelo governo por mais de trinta anos. Os custos previstos no contrato são de aproximadamente R\$ 200 milhões e os aviões serão entregues no ano de 2009. Segundo Juniti Saito, comandante da Aeronáutica, a substituição dos aviões do governo ocorre devido ao elevado custo de manutenção dos mesmos, já que estão desgastados pelo longo tempo de uso e exigem novos equipamentos. Além disso, conforme noticiou *O Estado de S. Paulo*, as negociações entre a Embraer e a Aeronáutica ainda permanecem no sentido do desenvolvimento do C390, um avião cargueiro, cujas características ainda não foram especificadas pela Força Aérea Brasileira (FAB), mas que deve ser produzido em, no mínimo, quatro anos. A Embraer também possui oportunidades de negócio com a Força Aérea dos Estados Unidos, que deverá comprar aviões Super-Tucanos da empresa brasileira para utilização em missões de vigilância no Iraque, já que são aviões de ataque leve e que diminuiriam os custos atuais. Os Super-Tucanos brasileiros trabalhariam na vigilância das fronteiras do Iraque com o Irã e com a Síria, como deseja o Pentágono. (Folha de S. Paulo – Brasil – 03/06/08; Folha de S. Paulo – Nacional – 03/06/08).

6- Controladores de vôo respondem a processos judiciais

Conforme noticiaram o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou que o Supremo Tribunal Federal (STF) revisse a decisão de que quatro controladores de vôo envolvidos no acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy, em setembro de 2006, respondessem a dois processos: um perante a Justiça Federal, por crimes comuns, outro perante a Justiça Militar, por crimes militares. O Ministério Público Federal (MPF) pretendia que o caso fosse julgado pelo STF, a fim de que os processos fossem desmembrados, mas o STJ decidiu que a Justiça Militar e a Federal são ambas competentes para julgar a questão, portanto, os controladores de vôo Felipe Santos dos Reis, Jomarclo Fernandes dos Santos, Lucivando Tibúrcio de Alencar e Leandro José dos Santos de Barros responderão a ações duplas: na Justiça Federal por crime de atentado contra a segurança de transporte aéreo - definido de modo diferente na legislação militar -; e na Justiça Militar, por crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução - previsto somente na legislação militar. (*Jornal do Brasil – País – 03/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/06/08*).

7- Opinião: Soberania versus questão amazônica

De acordo com Mario Cesar Flores, almirante-de-esquadra (reformado), em artigo publicado para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Amazônia não deve ser tratada como uma floresta intocável, haja vista o crescimento da população e suas conseqüentes necessidades de uso do local, assim como não pode ser permitida a utilização de sua área sem a imposição de limites para as atividades ligadas a interesses econômicos. Para resolver isso, devem-se tomar algumas providências: a primeira seria o balizamento dos instrumentos ligados ao Plano Amazônia Sustentável e, a segunda diz respeito à obtenção de um conhecimento geral sobre sua realidade e sua influência no Brasil e no mundo. Segundo Flores, a falta de uma maior atenção nessa região pode gerar opiniões com intuítos contrários ao seu ideal manuseio. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Emílio Goeldi são duas instituições citadas por Flores, as quais trabalham na manutenção da sustentabilidade na região. Porém, com a escassez de informações e conhecimento da área, a ausência de interesses políticos por atividades predatórias, a Amazônia vem chamando a atenção de outros países, possibilitando uma possível intervenção externa com a “intenção” de solucionar esses problemas, ameaçando a soberania brasileira. O controle da região é apontado por Flores como falho, além de proporcionar questionamentos prejudiciais à soberania da área. Os problemas com as questões de fronteira, delitos, regiões indígenas e a influência de Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras, além da biopirataria, trazem a necessidade de se resgatar a base fundadora do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): o mapeamento sistemático da região com a intenção de fornecer maior diversificação de dados para diversos órgãos responsáveis pelo local. Flores escreve que o potencial do Sivam ainda não foi completamente utilizado. Há a emergência de se modernizar a atuação do Sivam, porém os órgãos que recebem esses dados devem estar mais coesos, trabalhando em conjunto, evitando a influência negativa de interesses políticos e/ou econômicos em suas atuações. Também, devem entrar no mesmo processo de modernização que o Sivam, para conseguirem se adequar às reais condições de trabalho e às atuais ações que precisam exercer na Amazônia. A procura por um maior campo de atuação na Amazônia, visando seu

desenvolvimento sustentável fornecerá defesa para críticas infundadas feitas por Europa e EUA, representados por ONGs, imprensa e, também, pela suas esferas públicas. Para que se mantenha esse *status* de soberania perante a região amazônica, Flores acredita que deva haver uma simbiose entre o uso sustentável e as precauções com a natureza. (O Estado de S.Paulo – Espaço Aberto – 31/05/08).

8- Desaparecimento de guerrilheiro começa a ser desvendado

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, o desaparecimento de Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, guerrilheiro rural do PC do B na época da ditadura militar, no ano de 1969 começa a ser desvendado. O mateiro e lavrador Abel Honorato de Jesus depôs, no dia 26/04/08 na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, afirmando que Oliveira Filho, conhecido por Peri, havia sido assassinado em um momento de descanso na floresta amazônica, no estado do Pará (PA), no ano de 1974. Jesus ainda disse que o corpo de Peri foi retirado da mata pelo Exército, sendo transferido para uma base militar em uma região do atual estado do Tocantins (TO). A *Folha* conseguiu detalhes da fala de Jesus e soube que Peri não reagiu, sendo metralhado sem qualquer reação. O nome de Peri está na relação de desaparecidos na região no período de 1972-74, época em que as Forças Armadas combateram essa guerrilha. No relatório do Ministério da Marinha, feito na época, consta a possível data em que Peri foi assassinado, mas não a forma como isso ocorreu. O Ministério do Exército também não se manifestou sobre o fato ocorrido (Folha de S.Paulo – Brasil – 02/06/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).